

TRIBUNAL DE CONTAS

PORTARIA Nº 155, DE 27 DE MAIO DE 2021

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o inciso XL do art. 16 do Regimento Interno, à vista do disposto no art. 54, combinado com o art. 55, § 2º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e de acordo com o contido no processo 00600-00004555/2021-95, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º quadrimestre de 2021, na forma do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

DISTRITO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ABRIL/2021 RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSAD OS (b)
	LIQUIDADAS												TOTAL (ÚLTIMO S 12 MESES) (a)	
	mai-20	jun-20	jul-20	ago-20	set-20	out-20	nov-20	dez-20	jan-21	fev-21	mar-21	abr-21		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	36.227,25 4,36	38.731,71 3,97	35.149,99 5,18	35.164,89 9,11	36.742,307,3 7	35.647,146,4 3	36.271,233,9 9	49.438,159,0 7	44.925,896,6 2	39.537,751,2 2	37.849,391,9 5	37.004,19 9,35	462.689,94 8,62	892.112,41
Pessoal Ativo	20.182,83 4,81	21.992,59 2,76	18.760,42 1,20	19.341,01 0,86	20.079,928,8 2	19.008,837,1 3	19.798,665,2 2	32.851,123,4 3	28.566,273,6 1	23.007,000,8 0	21.128,438,8 2	20.724,04 0,37	265.441,16 7,83	892.112,41
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	17.178,90 8,92	18.838,59 4,67	15.962,09 8,42	16.473,89 5,95	17.297,879,1 1	16.229,193,4 0	16.357,288,8 2	27.734,174,1 8	24.091,513,9 1	19.197,267,6 1	17.716,227,0 4	17.328,61 9,64	224.405,66 1,67	892.112,41
Obrigações Patronais	3.003,925 89	3.153,998 09	2.798,322 78	2.867,114 91	2.782,049,71 2	2.779,643,73 3	3.441,376,40 5	5.116,949,25 4	4.474,759,70 3	3.809,733,19 3	3.412,211,78 8	3.395,420 73	41.035,506 ,16	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	16.044,41 9,55	16.739,12 1,21	16.389,57 3,98	15.823,88 8,25	16.662,378,5 5	16.638,309,3 0	16.472,568,7 7	16.587,035,6 4	16.359,623,0 1	16.530,750,4 2	16.720,953,1 3	16.280,15 8,98	197.248,78 0,79	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	13.574,62 5,49	13.903,30 7,08	13.820,08 8,67	13.261,09 1,01	14.026,929,7 1	13.983,291,7 2	13.612,735,9 9	13.827,526,5 1	13.685,088,1 4	13.903,229,2 1	14.068,138,8 6	13.665,54 8,10	165.331,60 0,49	
Pensões	2.469,794 06	2.835,814 13	2.569,485 31	2.562,797 24	2.635,448,84 2	2.655,017,58 2	2.859,832,78 9	2.759,509,13 1	2.674,534,87 2	2.627,521,21 2	2.652,814,27 4	2.614,610 88	31.917,180 ,30	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	16.917,34 0,60	18.532,79 8,07	16.578,55 4,92	16.189,25 7,39	18.517,541,8 6	17.482,587,6 0	17.416,753,4 9	20.952,898,3 5	13.343,323,6 4	9.401,142,64 9	7.550,674,82 2	7.416,461 40	180.299,33 4,78	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Abono Pecuniário de Férias (Dec. 18/2003-TCDF e Dec. 4483/2018-TCDF)	135.155,6 7	372.173,0 3	71.519,24 7	254.073,7 2	143.287,66 2	45.618,80 7	14.620,57 2	2.382,473,93 8	910.186,48 3	393.353,18 3	188.839,74 7	249.625,3 7	5.160,927, 39	
Abono de Permanência (Dec. 67/2007-TCDF e Dec. 4483/2018-TCDF)	102.108,0 9	112.282,9 5	110.313,0 6	110.185,4 9	116.669,07 1	109.486,87 3	148.636,56 2	222.574,12 1	148.376,68 1	123.911,10 3	162.594,07 7	146.466,9 6	1.613,605, 02	
Licença Prêmio em Pecúnia (Dec. 25/2003-TCDF)	605.055,6 9	1.230,415, 95	-4.379,36 9	-1.748,82 9	1.578.718,49 2	673.411,64 5	545.818,60 7	1.663,234,32 4	4.359,356,10 3	2.130,698,81 3	789.712,85 0	722.754,5 0	14.293,048 ,77	
Indenizações e Restituições Pessoais	12.699,60	78.804,93	11.528,00	2.858,75	4.288,11	15.760,99	15.723,06	4.879,70	222.925,37	14.463,24	43.875,33	0,00	427.807,08	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	17.902,00	0,00	0,00	0,00	12.199,98	0,00	219.385,93	92.700,64	0,00	0,00	0,00	0,00	342.188,55	
Pessoal Ativo	17.902,00	0,00	0,00	0,00	12.199,98	0,00	219.385,93	92.700,64	0,00	0,00	0,00	0,00	342.188,55	
Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (Dec. 1472/2021-TCDF)	16.044,41 9,55	16.739,12 1,21	16.389,57 3,98	15.823,88 8,25	16.662,378,5 5	16.638,309,3 0	16.472,568,7 7	16.587,035,6 4	7.702,479,01 4	6.738,716,31 3	6.365,652,83 3	6.297,614, 57	158.461,75 7,97	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	19.309,91 3,76	20.198,91 5,90	18.571,44 0,26	18.975,64 1,72	18.224,765,5 1	18.164,558,8 3	18.854,480,5 0	28.485,260,7 2	31.582,572,9 8	30.136,608,5 8	30.298,717,1 3	29.587,73 7,95	282.390,61 3,84	892.112,41
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														
VALOR														
R\$														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	25.905.151.601,37													-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais e de bancadas (V) (§ 16, art. 166 da CF)	R\$ 95.914.576,31													-
R\$														
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	25.809.237.025,06													-
R\$														
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	283.282.726,25													1,10%
R\$														
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	335.520.081,33													1,30%
R\$														
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	318.744.077,26													1,24%
R\$														
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	301.968.073,19													1,17%
R\$														
FONTE: Sistema SIGGO. Unidade Responsável: SECON. Data da emissão <18/mai/2021> e hora de emissão <15h e 15min>														
NOTAS:														
1- Este Demonstrativo foi elaborado pelo SECON/SECOF/TCDF, considerando o Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais/STN (11ª ed.) e as Decisões do TCDF indicadas entre parênteses, consoante o § 2º do art. 1º da Res. nº 131/2001-TCDF e Res. nº 273/2014-TCDF;														
2- Os valores: (i) da despesa com pessoal ativo, inativo e pensionista são extraídos do Sistema de Gestão Governamental do GDF (SIGGO); (ii) da Receita Corrente Líquida, são calculados pela Secretaria da Fazenda do DF;														
3- Em atendimento à Decisão TCDF nº 1.905/2013, para fins de transparência na gestão fiscal, foram segregadas as despesas referentes a inativos e pensionistas.														
4- As Despesas de Exercícios Anteriores e as Decorrentes de Decisão Judicial dos Inativos e/ou Pensionistas não foram segregadas por terem sido custeadas com recursos vinculados, conforme prescreve o MDF 11ª edição.														
5- As Despesas de Exercícios Anteriores realizadas em 2021, no valor total de R\$68.990,09, referentes a Pessoal Ativo, não foram registradas como Despesas Não Computadas (II) considerando a impossibilidade de determinar que a competência é anterior ao período de apuração.														
Luciene Raye Vallim														
Paulo Cavalcanti de Oliveira														
Carlos Tadeu Moreira Saldanha														
Secretária de Contabilidade, Orçamento e Finanças														
Secretário-Geral de Administração														
Diretor de Controle Interno														

INFORMAÇÃO Nº 35/2021 – SEGEDAM (AA)

Processo nº 00600-00009549/2020-43-e; Assunto: Inexigibilidade de licitação – Participação de servidores no Curso “Plano Diretor de Gestão de Pessoas no Setor Público”, na modalidade EAD” – 17 a 20 de agosto de 2021.

RATIFICO, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/1993, a inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/1993, no valor total de R\$ 3.496,00 (três mil, quatrocentos e noventa e seis reais), em favor do INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA PÚBLICA – IBGP (Curso Loureiro Ltda.), para pagamento da despesa com a inscrição de servidores no Curso “Plano Diretor de Gestão de Pessoas no Serviço Público”, na modalidade EAD, a ser realizado no período de 17 a 20 de agosto de 2021.

Brasília-DF, em 24 de maio de 2021.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente